



SEÇÃO: DOSSIÊ - EVANGELIZAÇÃO NOS MEIOS DIGITAIS

A realidade pastoral na cultura digital: reflexões em tempos de pandemia

Pastoral reality in digital culture: reflections in times of pandemic

Realidad pastoral en la cultura digital: reflexiones en tiempos de pandemia

Alzirinha Rocha de

Souza¹

orcid.org/0000-0002-4512-8847

alzirinharsouza@gmail.com

Recebido em: 13/10/2022.

Aprovado em: 22/11/2022.

Publicado em: 14/04/2023.

Resumo: Este texto é resultante da conferência de mesmo título apresentada no IV Seminário de Ecclesiologia e Questões Pastorais, promovido pela PUCRS. Nele refletimos sobre as possíveis formas de recompor as comunidades após o período da pandemia. Certamente, o uso das mídias digitais e canais de transmissão naquele momento foi essencial. No entanto, é urgente perguntar quais mudanças são novamente necessárias para recompormos o nosso rosto primeiro de Igreja, que é sermos comunidade. Nesse sentido, é a partir de duas chaves de leitura interligadas (a saber: a recuperação da comunidade e a compreensão do deslocamento pastoral) que propomos nossa reflexão.

Palavras-chave: ecclesiologia; comunidade; pastoral; meios de comunicação.

Abstract: This text is the result of the conference of the same title presented at the IV Seminar on Ecclesiology and Pastoral Questions, promoted by PUCRS. In it, we reflect on the possible ways to rebuild communities after the pandemic period. Certainly, the use of digital media and broadcast channels at that time was essential. However, it is urgent to ask ourselves what changes are needed again in order to recompose our first face as a Church, which is to be a community. In this sense, it is from two interconnected keys of reading (namely: the recovery of the community and the understanding of pastoral displacement) that we propose our reflection.

Keywords: ecclesiology; community; pastoral; media.

Resumen: Este texto es resultado de la conferencia del mismo título presentada en el IV Seminario sobre Ecclesiología y Cuestiones Pastorales, promovido por la PUCRS. En él, reflexionamos sobre las posibles formas de reconstruir las comunidades después del período de pandemia. Ciertamente, el uso de los medios digitales y los canales de transmisión en ese momento fue fundamental. Sin embargo, es urgente volver a preguntarnos qué cambios se necesitan para recomponer nuestro primer rostro como Iglesia, que es ser comunidad. En este sentido, es desde dos claves de lectura interconectadas (a saber: la recuperación de la comunidad y la comprensión del desplazamiento pastoral) que proponemos nuestra reflexión.

Palabras clave: ecclesiologia; comunidad; pastoral; medios de comunicación.

Introdução

Esta reflexão se inicia a partir de duas chaves – “mudança” e “pandemia” – com a afirmação de que, por “sentido” e não por morfologia, ambas as palavras ganharam nos últimos dois anos a mesma importância e se tornaram praticamente equivalentes. Falar de pandemia hoje é necessariamente falar de mudança. Desde que começou este período,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Instituto São Paulo de Ensino Superior (ITESP), São Paulo, SP, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas), Belo Horizonte, MG, Brasil.

fomos atropelados pelas mudanças, e é crível poder afirmar que somente agora estamos em um momento de começar a entender e buscar a cura para as feridas causadas por esse atropelo.

Nessa dinâmica pandêmica, nasceram algumas situações que vieram para nos tirar de nossos comodismos e nos fizeram dar passos: a imersão nas tecnologias é uma delas, por exemplo. Aqueles que, em seus ambientes de trabalho (em especial na academia), insistiam em um único modelo de educação, foram obrigados ao menos a se darem a possibilidade de conhecer outros modelos. Eles podem ser questionados? Sim, podem e devem sê-lo, sobretudo quando se considera que o questionamento leva à evolução do processo. Se não perguntarmos, corremos o risco de estancar o processo de mudança.

Outras situações vieram para serem esquecidas mesmo: modelos que não levavam a nada; o ritmo de vida estabelecido que era clara e absolutamente desfavorável a um real crescimento humano. Fomos atropelados pelo ritmo de vida da atualidade, que nos impôs uma série de rupturas familiares e sociais, razão pela qual não poucas pessoas estão tendo pela primeira vez uma vida familiar efetiva (com filhos, entre casais) ou mesmo uma vida comunitária.

Houve ainda situações que vieram para percebermos o que pensávamos ter ou o que de fato não tínhamos, ou o que já estava sendo perdido. É desde essa perspectiva que a reflexão aqui proposta verifica a situação da Igreja.

A pandemia nos despertou para novas perguntas sobre a dinâmica eclesial, sacramental, litúrgica e comunitária. E a pergunta em um escopo mais amplo é: onde se situa e de que forma a Igreja pode se ressituar diante desse novo desafio? Como continuar sendo Igreja neste novo contexto que nos atropelou? Seguramente, não é mantendo-nos da mesma forma ou em estado de inércia.

Como nos lembra Cecilio de Llorca (2011, p. 1235), "a Igreja deve continuamente reformar tudo o que é possível de ser reformado". Mudar constantemente é um dever da Igreja: com os pés no presente e sempre no presente, apoiados

pela tradição que nos suporta, somos chamados a projetar um futuro novo. E convém lembrar que é com os pés no *presente*: através de seu reconhecimento, de suas demandas e de sua complexidade, conseguimos dar passos. Ele é o que temos! Ao *passado* Deus aporta as promessas em que todos nós nos engajamos, sabendo que serão realizadas principalmente porque foram prometidas por Deus; por isso, o passado não é morto, e sim uma herança recebida que se transforma a cada geração. Ao *presente* Deus aporta a vantagem de existir. O presente é que garante a esperança de existência de um futuro. E o *futuro* garante que o presente não será em vão: Deus aporta a esperança, dizendo-nos que o presente será ultrapassado pelas gerações futuras. É o futuro que dá sentido e densidade ao presente (COMBLIN, 1968). Nada mais que isto nos permite mudar continuamente: a responsabilidade que temos com a formação (no *presente*) das novas gerações, que serão a solução de continuidade do anúncio da pessoa de Jesus ao mundo, ou seja, a Igreja mesma.

Dito isso, o objetivo desta reflexão é, a partir da realidade pastoral e comunitária que se configurou no período pandêmico, levantar questões vinculadas às práticas pastorais e sacramentais, sem desejar encerrar o debate ou apresentar proposições finais. Nesse sentido, voltemos à pergunta que impulsiona a reflexão proposta: como continuar sendo Igreja neste novo contexto que se transformou rapidamente? Não se trata de pensar em um novo jeito de ser Igreja, mas efetivamente de *ser* Igreja de outro jeito ou de outra forma sem perder aquilo que nos é próprio. Para tanto, o desenvolvimento desta reflexão estrutura-se em duas partes: primeiro, a recuperação da comunidade; e segundo, o deslocamento pastoral/sacramental em meio a este novo contexto.

1 O sentido de comunidade

A reflexão sobre o sentido de comunidade tem início a partir da perspectiva da teologia da missão. Esta escolha hermenêutica deve-se ao fato de que – como nos lembram o Concílio

Vaticano II em *Ad gentes* e, posteriormente, Paulo VI em *Evangelii nuntiandi* – a missão é a *identidade* da Igreja.

Dizer identidade é afirmar aquilo que nos constitui e que somos chamados a ser. A Igreja, entendida como *Povo de Deus*, é antes de tudo chamada a ser anunciadora da pessoa de Jesus através de palavras, testemunhos concretos e gestos de conjunto. Todo o demais vem para suportar essa identidade. Esse elemento da missão, que nasce na constituição das primeiras comunidades, foi retomado ou ressignificado no Vaticano II, cujo conjunto de documentos converge para a identidade missionária da Igreja. É por esse caminho missionário que a Igreja se coloca *in actu* (no nível da realidade) como sinal do Reino de Deus no mundo. Enquanto comunidade viva do Povo de Deus, ela é — e demonstra ser — sinal do Reino de Deus na história, desvelando uma nova forma de estabelecer relações internas e com a realidade, sendo impulsionada pelo Espírito Santo e tendo por referência a prática de Jesus.

Ora, pode-se então perguntar: o que é a comunidade e em que medida ela contribui para a constituição de *homens novos*, de acordo com a teologia paulina? Entenda-se aqui a expressão *homens novos* por aqueles(as) que, fazendo a experiência do Evangelho, assumem de forma processual uma nova forma de ser e estar no mundo, agora a partir do paradigma de Jesus.

A contribuição da comunidade para a constituição dos *homens novos* (humanidade nova) é pensada, segundo José Comblin (1986), a partir de três aspectos: a) a comunidade como modelo concreto do homem novo; b) o modelo missionário que a constitui, e c) a evangelização que ela realiza. Neste texto, permaneceremos no primeiro: a comunidade como modelo do "homem novo".

Em se tratando da comunidade como modelo para a constituição da humanidade nova, pode-se afirmar que a comunidade dá ao homem e à Igreja a possibilidade de existir concretamente na história. Desde o Novo Testamento, as comunidades são a realidade histórica dos discursos cristãos. O que sobrou depois de Jesus? As comunidades. Elas são em si mesmas a personificação do *ho-*

mem novo no sentido de aportar conteúdos de valor humano que constroem e formam os que ali estão inseridos.

Comblin retoma o sentido paulino de que, para o cristianismo primitivo, o homem novo é uma realidade social, concreta, visível e palpável que está ligada à expressão "revestir-se do homem novo" (Ef 4:22-24). Revestir-se significa entrar na comunidade cristã e adotar seus modos de viver, razão pela qual ela reafirma o que é a mensagem fundamental do Novo Testamento: o homem novo não é um indivíduo nem é uma humanidade total concebida como um grande corpo em que os indivíduos seriam tão somente engrenagens. A comunidade representa o homem novo diante de todos os individualismos e todos os totalitarismos sociais, sejam eles eclesiais, civis ou militares (COMBLIN, 1986, p. 23).

Em comunidade, revela-se a verdadeira superação das relações de dominação. Existe a liberdade, todos tomam a iniciativa, e ninguém está obrigado a fazer a vontade do outro, o que não quer dizer a inexistência de uma hierarquia; na verdade, cada um faz voluntariamente o que é bom para o todo da comunidade. Cada um assume voluntariamente as tarefas necessárias para o bem de todos. A liberdade sem serviço mútuo leva ao individualismo, e o serviço sem a liberdade leva ao totalitarismo (Gl 5,13).

A pessoa é a que realiza o equilíbrio entre a autonomia e a comunhão, entre a solidão e a fusão, a que nós designamos como comunidade. Não há pessoa fora da comunidade. O Cristianismo colocou desde o princípio uma barreira ao individualismo (COMBLIN, 1987, p. 23).

Ser livre é *ser com* os outros, entrar nas relações novas movidas pelo amor. O conteúdo concreto da liberdade é a relação mútua entre os homens. "Não existe liberdade do homem só. A civilização ocidental moderna desenvolveu desde o Renascimento um ideal de liberdade individual, baseada na afirmação de si do indivíduo, isolado e autônomo: a liberdade do conquistador" (COMBLIN, 1974, p. 91). E hoje o que se descobre é que não sabemos viver em isolamento.

O ágape, ao contrário do amor como dispo-

sição subjetiva individual, é a alma da comunidade porque permite estabelecer uma relação de compromisso mútuo entre pessoas, em que todos participam do bem comum. Logo, a real comunidade existe "no ágape" e no compromisso vivido por cada um dos seus membros. Ele é bem superior, permanece para sempre, cria *koinonia*, cria vida comum que leva à participação de todos nos mesmos bens (1Cor 13). Por isso, o retrato do homem novo, segundo Comblin, será afirmado por Paulo na seguinte citação: "Livre de fato, estou com todos, me fiz servo de todos, para ganhar a todos" (1Cor 9,19). Nesse sentido, o homem novo não depende de nada nem de ninguém, interior ou exteriormente. "Usa a liberdade para adaptar-se e subordinar-se a todos sem fazer-se escravo" (COMBLIN, 1987, p. 24).

Contudo, não se pode pensar que na comunidade as diferenças são absorvidas. Não há uma totalidade que possa absorver nem as diferenças nem as complementaridades. Uma vez produzida a absorção por meio dos membros na unidade do todo, não se deixaria nenhuma liberdade. O que há é a manutenção da complementariedade, bem como diferenças que se põem em reciprocidade, ou seja, que se colocam em diálogo (estabelecendo o ritmo da convivência) — e não a redução da unidade. Não se busca um modelo único de síntese do todo. Em comunidade, as diferenças não são superadas na solidão ou na redução, mas na aceitação mútua (COMBLIN, 1987, p. 26).

Finalizando a análise deste primeiro aspecto, podemos colocar uma grande provocação: antes da pandemia, nós tínhamos realmente comunidades? Ou este seria o primeiro ponto de mudança sobre o qual deveríamos refletir para a Igreja *ser* de outra forma?

Algumas vezes insistem hoje na expressão "recuperar as comunidades", no sentido de trazer de volta o que existia, sem perceber que, nem com todas as vacinas possíveis, nada voltará a ser como antes. Talvez não tenham percebido que este pode ser o momento propício de darmos um passo à frente, de voltarmos não aos fundamentos que foram sendo distorcidos ao longo dos anos e se transformaram em fundamentalismos,

mas às fontes trinitárias, cristológicas e eclesiais das primeiras comunidades a fim de efetivar um novo passo. Mudanças internas são exigidas das comunidades, uma vez que as externas já se concretizaram; e não podemos insistir em manter um passado que, mesmo sendo apenas de um curto período, já não responde ao contexto atual.

Em meio a tantas exigências de mudanças, como pensar novos caminhos? São muitos os desafios que se intervinclam: eclesiais, sacramentais e pastorais. Longe de apresentar resoluções, cada um deve buscar, em comunidade e dentro do que é possível ser mudado, novos caminhos para responder a seus contextos e a suas realidades.

Por essa razão, a reflexão continuará a ser realizada do ponto que é fundamental para qualquer movimento de transformação e toca diretamente às possibilidades de reconstrução da Igreja-comunidade, fazendo referência às mudanças *ontológicas eclesiais*: em outras palavras, uma nova forma de pensar, de agir, de *ser* finalmente. Algo que não seja aparente, pois o "aparente" já vimos que possivelmente temos nas comunidades, mas que, desde a essência, toque à forma como a Igreja, daqui para frente, se fará sinal do Reino de Deus no mundo.

2 Mudanças possíveis

Nos últimos anos, notadamente após João Paulo II (MICCOLLI, 2012, p. 37), voltou-se a insistir em uma Igreja sacramental. Não que ela não o fosse ou não o devesse ser, mas foi sendo realizada uma identificação entre *comunidade* e *sacramento* como se o *ser* comunidade se reduzisse ao elemento sacramental.

Tudo o que acentua um único aspecto tende à distorção de alguma coisa. A sacramentalização da Igreja distorceu a essência da comunidade, pois passou a pensar os sacramentos de forma mais individualizada e menos comunitária, elementos esses observados na prática comunitária. Quantas pessoas entram e saem de nossas Igrejas durante as celebrações dominicais e não têm a menor noção de quem está sentado a seu lado? Quantas pessoas deixam de fazer a experiência

de ser comunidade unicamente porque não são "acolhidas"? Finalmente, não se pode afirmar quem entra ou quem sai de nossas Igrejas: poucos são os sacerdotes que, ao final da celebração, se colocam à porta de saída para cumprimentar as pessoas, e muitos são os leigos que estão em comunidades, delas se apoderaram e não abrem espaços para os que chegam ou para os que nelas estão de forma anônima. Ora, centrar-se na sacramentalização significa correr o risco de constituir-se a partir de uma hierarquia de poder, uma vez que, tal como em períodos anteriores, os que celebram os sacramentos (sejam padres, sejam os raros leigos no que lhes cabe) são os detentores do poder na comunidade à medida que consideram os demais destinatários que a eles assistem sem participar (BRIGHENTI, 2011, p. 50-51).

Sacramentalização, entendida em sua forma negativa, vincula-se diretamente à clericalização ou ao clericalismo na Igreja. A pandemia desvelou isso de forma ainda mais sistêmica, visto que, em muitas comunidades, por ocasião da Semana Santa de 2020, em vez de incentivarem a Páscoa como experiência da Igreja familiar, por exemplo, as pessoas foram impulsionadas a se colocarem à frente das TVs e computadores para "assistirem" às celebrações. Uma coisa não anula a outra, mas ouviram-se naquele momento pessoas lamentando a pandemia porque "não havia Páscoa". Por acaso, a única forma de celebrar a Páscoa é através das celebrações da Semana Santa ligadas a uma estrutura hierárquica eclesial? Perdeu-se a chance de refazer essa sacramentalidade dependente, compreendida sem o elemento comunitário explicitado no tópico anterior?

A mesma reflexão vale para a Eucaristia. O próprio Papa Francisco expressou, na homilia de 17 de abril de 2020: "Eucaristia pela TV unicamente é um momento excepcional, especial da Igreja, e não substitui o presencial, não deve se perpetuar". Portanto, restou a questão: e se essa pandemia se perpetuasse, tal excepcionalidade iria até quando? E aqueles que passam anos sem uma celebração eucarística, seja pelas distâncias continentais de nosso país, seja por razões

de enfermidade, já não viviam nessa condição "excepcional"? Como não admitir que "o verbo se fez bit", como nos lembra Moisés Sbardelotto em sua obra de 2012?

A pandemia não inventou a roda; as celebrações midiáticas já aconteciam mais de 20 anos atrás, portanto bem antes dela. Existiram as missas apelidadas de "enlatadas" – celebrações gravadas antecipadamente para as rádios, para ir ao ar aos domingos, sem nenhuma participação da comunidade. Posteriormente, vieram as missas dominicais realizadas em estúdios, ainda sem a comunidade, e finalmente as missas "ao vivo" transmitidas com a presença da "comunidade" – muito entre aspas porque essas comunidades são normalmente de grandes santuários, constituídas em sua maioria por peregrinos de passagem.

Ora, o fato é que, para solucionar esse momento pandêmico, talvez pela urgência do momento, optou-se por não mudar, mas por encontrar um meio de manutenção de uma estrutura que muitas vezes nem se justificava mais, mesmo presencialmente. A substituição da celebração eucarística virtual sem a presença dos fiéis passou a ser acolhida com naturalidade por conservadores e progressistas, bispos e leigos, como uma realidade concreta. Transportou-se o que era presencial para as mídias, muitas vezes sem nenhum preparo prévio.

O clericalismo e a dependência sacramental são incorporados em tal grau na Igreja — e em todos os níveis — que não foram pensadas respostas pastorais que fossem mais além da oferta sacramental e pudessem responder ao momento novo em que todos fomos lançados. Momento novo talvez fosse o tempo propício de propor também o novo. De um dia para o outro, famílias se viram encerradas em seus espaços privados. Por que não propusemos a "novidade" da Igreja familiar, da leitura familiar da Bíblia, da convivência familiar a partir também desse referente com as TVs desligadas? O que parece é que se ofereceu uma resposta de manutenção de uma autorreferencialidade eclesial que reforçou o individualismo num momento em que as pessoas precisavam reaprender a ser comunidade.

Insistiu-se em celebrar sem o povo, mas o povo não foi motivado a celebrar em si.

Parece que se preferiu voltar ao exercício da liturgia tridentina, em que o sacerdote celebrava missas sem o povo, de forma privada. Salta-se novamente por cima do Concílio Vaticano II e de sua eclesiologia do Povo de Deus, que, unida à reforma litúrgica, deu um giro de sentido à compreensão de que sacerdote preside a Eucaristia como parte desse Povo. Esqueceu-se novamente que a Eucaristia é a Ceia do Senhor e não a missa, e que o seguimento de Jesus e a vida cristã não podem ser reduzidos ao espaço de culto. Estritamente falando, nas missas se vê e se escuta, mas a Eucaristia se celebra quando é vivenciada no cotidiano, especialmente em comunidade.

A pandemia chamou a perceber que a Igreja poderia viver não somente dos sacramentos, mas também do testemunho de cada um nós. A Igreja não foi fechada. Fechados foram os templos, os espaços físicos. A Igreja entendida como Povo de Deus – isto é, cada um de nós – foi chamada a ser sinal de outra forma que não somente a sacramental. E essa mudança era a necessária, a que precisava ser realizada no momento de pandemia. Era a chance de passar de uma pastoral de conservação a outra de evangelização e missionária, tal como expressado no Documento de Aparecida (DAp, 2007) e reiterado em *Evangelii gaudium* (EG, 2013).

Na América Latina, desde Medellín (MD, 1968), pediu-se para superar essa visão que somente buscava a sacramentalização ritualista da vida cristã, centrada na figura do sacerdote (e não do presbítero) como único mediador da graça e do encontro com Jesus. Contudo, o que se optou por oferecer nesse tempo de crise responde apenas à questão relativa ao recebimento ou não da graça sacramental por parte dos fiéis. Caberia ainda iniciar uma longa discussão sobre o que é essa graça sacramental mediática, de maneira mais ampla em outra reflexão específica.

Optamos por seguir ancorados em uma imagem de Igreja que se crê de certa forma "dona de Deus", de Sua graça e Seu perdão; muitas vezes

somente colocamos mais carga às costas e nas consciências cristãs, especialmente hoje que estamos isolados dos sacerdotes. Ainda que não pareça, tudo isso é muito contrário à própria tradição da Igreja. Como nos lembra Rafael Luciani (2020, p. 5): "São Tomás sustentava em sua *STh* que 'a coisa significada por um sacramento se pode obter antes de receber esse sacramento, somente por desejá-lo". Não se recebe a graça como se Deus pudesse ausentar-se de nossas vidas, e a Igreja é que decide quando volta a presença divina.

A graça de Deus, mesmo que nos seja um dom primeiro, como presente sem condições, abraça-nos desde o íntimo de nossas consciências, acolhendo nossos pensamentos e sentimentos e curando nossos medos e temores. Todos(as), em casa e em comunidade, já fomos agraciados, abraçados por Deus e perdoados. Isso foi, em última instância, o que Jesus nos revelou quando nos apresentou Deus como um Pai que nos ama desde as entranhas de uma mãe. E justo por isso, Jesus pode reconhecer o elemento da fé nos supostos infieis e impuros, nos excluídos do templo, que foram seus primeiros interlocutores. É nesse sentido que pergunta Luciani (2020): por que não nos permitimos fazer um jejum do Pão e comungar a Palavra?

O desafio encontra-se em compreender que, à luz da eclesiologia do Povo de Deus, *todos* – bispos, clero, religiosos(as), leigos(as) – somos iguais pelo Batismo. Devemos "empoderar" cada um(a) em suas casas com o Evangelho, e não transmitir unicamente a ideia de instituição eclesiástica, que somente se preocupa com o cumprimento das regras e atos litúrgicos. O desafio encontra-se em recuperar a perspectiva missionária de cada batizado, que, movido primeiramente pela força do Evangelho, realiza o deslocamento das normas de algo que já nos foi dado por Deus e confirmado pela pessoa de Jesus, anunciando que quem estava preso em casa pelo vírus éramos nós e não a Graça de Deus.

Considerações finais

Como anunciado na introdução, esta reflexão

não buscou propor modelos e soluções para as questões que tocam ao desenvolvimento pastoral e à prática sacramental no período pandêmico. Antes, os questionamentos aqui levantados tiveram como foco primeiro, a partir da observação da realidade, o reconhecimento de que as práticas pastorais, no período da pandemia, continuaram ancoradas em modelos de pastoral de conservação e autorreferenciais, baseadas na compreensão ultrapassada de que aonde não chegam os sacramentos, não chegam a graça nem a salvação. Certamente, encontramos-nos em situação de entretempos, entre um tempo que tínhamos e o que ainda não conseguimos discernir, razão pela qual seguimos buscando as melhores formas de mudança.

A situação atual exige grande criatividade pastoral, e não receitas prontas. Faz-se urgente escutar as pessoas e conhecer os contextos em que estão inseridas para que não lhes seja entregue um cristianismo de doutrinas e normas, e sim um cristianismo de sentido (MOIGNT, 2011). A criatividade pastoral, mais do que nunca, precisa ser deslocada dos grandes planos para práticas que façam coincidir seu sentido e o sentido de vida de homens e mulheres que se encontram num mundo em transformação, o que lhes traz grande insegurança. É necessário que a Igreja, para superar momentos críticos, não se prenda à manutenção da imagem de suas práticas sacramentais, mas que capacite os fiéis a tornarem-se cada vez mais cristãos maduros e independentes, sujeitos de si na fé que vivem dentro de espaços outros que não apenas o de culto.

Voltar ao Evangelho e à pessoa de Jesus é passo determinante para discernir novos processos que acompanham e contribuem para as respostas às situações cada vez mais complexas de nosso tempo. Como nos lembra Luciani (2020), talvez seja mesmo a hora de fazermos a experiência de um jejum de pão e comungarmos a Palavra que, nascida do silêncio (FORTE, 2018), nos ajudará a curar o que trazemos em nossas consciências. Um jejum que nos faria a todos ainda mais iguais, pois não haveria mais aqueles que conseguem comungar e os que o

conseguem "espiritualmente". Uma experiência dessa natureza mostraria que a vida cristã pode ser experienciada de outra(s) forma(s).

Isso implica a superação de um modelo de pastoral que, como o documento *Ad gentes* destacou e o Concílio nos convidou a fazer, começa pelo testemunho evangélico (AG, 24), formando pequenas comunidades ambientais (em nossas famílias ou comunidades), congregando todos(as) em torno da Palavra e discernindo a realidade em que vivemos (AG, 6-11). Superado tudo isso, chegaremos talvez a comer o Pão de novo e efetivamente como comunidade.

Referências

- BRIGHENTI, A. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas; Valência ESP: Siquem, 2011.
- COMBLIN, J. *O provisório e o definitivo*. São Paulo: Herder, 1968.
- COMBLIN, J. Liberté et libération: concepts théologiques. *Revue Concilium*, n. 96, p. 85-95, 1974.
- COMBLIN, J. *Antropologia cristiana*. Madri: Ediciones Paulinas, 1987.
- CONCÍLIO VATICANO II. Decreto Presbyterorum ordinis. Sobre o ministério e a vida dos sacerdotes. In: *Vatican*. Vaticano, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html#. Acesso em: 30 ago. 2020.
- CONCÍLIO VATICANO II. Decreto Ad gentes. Sobre a atividade missionária da Igreja. In: *Vatican*. Vaticano, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 30 ago. 2020.
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática Lumen gentium. Sobre a Igreja. In: *Vatican*. Vaticano, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 30 ago. 2020.
- FORTE, B. *Teologia da história: ensaio sobre a revelação, o início e a consumação*. São Paulo: Ed. Paulus, 2018.
- FRANCISCO. Exortação apostólica Evangelii gaudium: do Santo Padre ao Episcopado, ao Clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. In: *Vatican*. Vaticano, 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 30 ago. 2020.

LUCIANI, R. Es la hora de ayunar del Pan y aprender a comulgar con la Palabra. In: *Religión Digital*. Disponível em: www.religiondigital.org/opinion/Rafael-Luciani-Pan-aprender-Palabra-Iglesia-religion-coronavirus-misas. Acesso em: 30 ago. 2020.

LORA, C. Del Concilio a Medellín, hoy. *Revista Horizonte*, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 1233-1245, dez. 2011.

MICCOLI, G. *Le pontificat de Jean-Paul II: un gouvernement contrasté*. Bruxelas: Lessius, 2012.

MOINGT, J. *Faire bouger l'Eglise*. Paris: Cerf, 2011.

SBARDELOTTO, M. *O verbo se fez bit*. Aparecida: Editora Santuário, 2012.

Alzirinha Rocha de Souza

Doutora em Teologia pela *Université Catholique de Louvain (UCL)*, em Louvaina, Bélgica; pós-doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em Recife, PB, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Comunicação e Teologia (NECT) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), em Belo Horizonte, MG, Brasil. Professora do Instituto São Paulo de Ensino Superior (ITESP), em São Paulo, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Alzirinha Rocha de Souza
Rua Herval, 497/133
Belenzinho, 03062-000
São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.